cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.11.12 11:22:18 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo, segunda-feira, terça-feira e quarta-feira, 12, 13, 14, 15 e 16 de novembro de 2022 • Nº 1439 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Uma gestão difícil

PÁGINA 4

IBGE

Setor de serviços tem 5ª alta seguida

O setor de serviços cresceu 0,9% em setembro e atingiu o quinto resultado positivo seguido. O ganho acumulado no período ficou em 4,9%, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor está 11,8% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e alcança o novo ponto mais alto da série histórica, superando novembro de 2014. Se comparado a setembro de 2021, o volume de serviços subiu 9,7%, sendo a 19ª nona taxa positiva consecutiva. Nessa comparação, houve expansão em todas as cinco atividades e crescimento em 63,3% dos 166 tipos de serviços investigados. "Entre os setores, o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (15,3%) exerceu a principal contribuição positiva sobre o volume total de serviços. PÁGINA 2

GOLPISMO

Gleisi reage a nota de comandantes das F.Armadas

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (foto), reagiu nesta sexta-feira à nota dos comandantes das Forças Armadas em que mandam uma série de recados ao Poder Judiciário. "Não é papel dos comandantes militares opinar sobre o processo político, muito menos sobre a atuação das instituições republicanas. O direito de manifestação não se aplica a atos contra a democracia, que devem ser tratados pelo nome: golpismo. E combatidos, ñ são pacíficos nem ordeiros" (sic), escreveu em rede social. Em nota conjunta nesta sexta-feira, os comandantes de Marinha, Exército e Aeronáutica trataram dos atos antidemocráticos pelo país que pedem um golpe militar após a derrota do presidente Bolsonaro. PÁGINA 3

PEC

Equipe de Lula quer R$ 175 bi fora do teto para Bolsa Família

AGÊNCIA SENADO

O valor fora do teto de gastos para o Bolsa Família na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição deve ser de R$ 175 bilhões por quatro anos, afirmou na noite desta sexta-feira o senador eleito Wellington Dias (PT-PI) (**foto**), representante da equipe de transição do governo Lula para o Orçamento. Dias concedeu entrevista no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição. "O valor que apresentamos, e aí, repito, falta só bater o martelo, é o valor necessário para o Auxílio Brasil", afirmou. "Você tem no orçamento uma previsão de R$ 105 bilhões. Você tem a necessidade de R$ 52 bilhões para colocar mais R$ 200 acima dos R$ 400 que estavam previstos, e precisa de mais R$ 18 bilhões para garantir o (benefício de R$ 150) das crianças, garantir o dinheiro para as famílias que têm crianças. São R$ 175 bilhões fora do teto." Com isso, afirmou o senador eleito, seria possível aproveitar o espaço de R$ 105 bilhões aberto na peça orçamentária de 2023 com a retirada do Bolsa Família do teto de gastos para custear os demais programas sociais -como o Minha Casa, Minha Vida e a Farmácia Popular- e aumentar o volume de investimentos. Dias afirmou que o prazo de quatro anos era ideal para evitar rediscutir o tema anualmente. PÁGINA 2

PANDEMIA

RJ registra 2 mil casos de Covid-19 diariamente

A cidade do Rio de Janeiro registrou nesta semana cerca de 2 mil casos de Covid-19 por dia, e as internações decorrentes da doença mais que triplicaram em quatro dias. As informações foram dadas pelo secretário municipal de Saúde, Daniel Soran. Segundo ele, a cidade dispõe de 286 unidades de saúde responsáveis pelos testes diagnósticos, que chegaram a 10 mil em um único dia. A taxa de positividade, que estava em 6% na segunda semana de outubro, pulou para 29% nesta semana. "Tivemos um aumento muito expressivo no número de casos nas duas últimas semanas. Nos dois últimos dias, identificamos quase 2 mil casos diariamente, com a realização de mais de 10 mil testes num único dia. PÁGINA 3

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

NELSON JR/STF

Moraes manda PRF e PM desbloquearem vias públicas

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes (**foto**) determinou que a Polícia Federal, a PRF (Polícia Rodoviária Federal) e as Polícias Militares dos estados adotem medidas imediatas para a desobstrução de vias públicas bloqueadas por manifestantes bolsonaristas em protestos antidemocráticos. Moraes também pediu às forças de segurança que identifiquem os veículos responsáveis por estas ações e que seja aplicada multa de R$ 100 mil por hora aos responsáveis. A decisão foi tomada nesta sexta-feira. Nos bastidores do Poder Judiciário, soou como uma resposta de Moraes à nota conjunta emitida por comandantes de Marinha, Exército e Aeronáutica que trouxe recados indiretos sobre decisões do ministro. PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 2,26% / 112.253,49 / 2.478,03 / Volume: R$ 26.697.172.735 / Negócios: 3.371.283

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	15.43	+16.81	+2.22
JBS ON NM	27.80	+11.92	+2.96
USIMINAS PNA N1	8.05	+10.58	+0.77
MINERVA ON NM	15.1	+10.49	+1.44
VALE ON NM	82.30	+10.40	+7.75

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
MAGAZ LUIZA ON NM	3.46	–13.07	–0.52
LOCAWEB ON NM	8.08	–9.82	–0.88
COGNA ON ON NM	2.49	–5.68	–0.15
B3 ON NM	12.58	–5.48	–0.73
VIA ON NM	2.44	–5.43	–0.14

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	82.30	+10.40	+7.75
PETROBRAS PN N2	26.99	+3.33	+0.87
BRADESCO PN EJ N1	15.15	+1.68	+0.25
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	26.73	–3.22	–0.89
BRASIL ON NM	35.52	–2.23	–0.81

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.747,86	+0,10
NASDAQ Composite	11.323,33	+1,88
Euro STOXX 50	3.870,11	+0,55
CAC 40	6.594,62	+0,58
FTSE 100	7.318,04	-0,78
DAX 30	14.224,86	+0,56

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	-0,97% (out.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,59% (out.)	Compra: 5,5784	Venda: 5,7584
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(26/10)	13,75%	0,36	até o dia 10/nov.	Compra: 5,3051	-0,02%
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(12/11)	0,65%	BM&F/grama	R$ 304,21	Compra: 5,3341	Venda: 5,3347
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(set./22)	0,18%	Compra: 5,5266	Venda: 5,5242	Compra: 5,3310	Venda: 5,5410

Economia

MERCADOS

Dólar cai, mas acumula maior alta semanal desde 2020; Bolsa sobe

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após a tempestade do dia anterior, o mercado financeiro teve um dia de trégua nesta sexta-feira, embalado por novas declarações de membros da equipe de transição, pelo adiamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição e pelo cenário internacional. O dólar caiu para próximo de R$ 5,30, mas teve a maior alta semanal desde maio de 2020. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu mais de 2%, mas recuou cerca de 5% na semana.

O dólar comercial encerrou esta sexta-feira vendido a R$ 5,334, com queda de R$ 0,063 (1,17%). A cotação operou em baixa durante toda a sessão, chegando a R$ 5,24 na mínima do dia, por volta das 12h30.

Apesar da queda desta sexta-feira, a moeda norte-americana subiu 5,49% na semana. Esse foi o maior ganho semanal desde a segunda semana de maio de 2020, no início da pandemia da Covid-19. A divisa acumula queda de 4,34% em 2022.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 112.253 pontos, com alta de 2,26%. Apesar da alta de hoje, o indicador recuou 4,99% na semana.

PEC

Equipe de Lula quer R$ 175 bi fora do teto para Bolsa Família

O valor fora do teto de gastos para o Bolsa Família na PEC (Proposta de Emenda à Constituição) da Transição deve ser de R$ 175 bilhões por quatro anos, afirmou na noite desta sexta-feira o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), representante da equipe de transição do governo Lula para o Orçamento.

Dias concedeu entrevista no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição. "O valor que apresentamos, e aí, repito, falta só bater o martelo, é o valor necessário para o Auxílio Brasil", afirmou.

"Você tem no orçamento uma previsão de R$ 105 bilhões. Você tem a necessidade de R$ 52 bilhões para colocar mais R$ 200 acima dos R$ 400 que estavam previstos, e precisa de mais R$ 18 bilhões para garantir o (benefício de R$ 150) das crianças, garantir o dinheiro para as famílias que têm crianças. São R$ 175 bilhões fora do teto."

Com isso, afirmou o senador eleito, seria possível aproveitar o espaço de R$ 105 bilhões aberto na peça orçamentária de 2023 com a retirada do Bolsa Família do teto de gastos para custear os demais programas sociais -como o Minha Casa, Minha Vida e a Farmácia Popular- e aumentar o volume de investimentos.

Dias afirmou que o prazo de quatro anos era ideal para evitar rediscutir o tema anualmente. "Se tem pessoas passando necessidade e se isso não se resolve em 2023, por que que a cada ano tem que criar tensão para poder discutir se aprova ou não uma PEC?", disse.

"Por essa razão, tem dois caminhos: um conceito que se excepcionaliza o programa Auxílio Brasil ou Bolsa Família, o nome que ele vier a ter, e ao mesmo tempo, tem a proposta de que se tenha uma fixação até 2026, ou seja, para o período dos quatro anos."

Segundo ele, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, orientou que a equipe de transição, sob o comando do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, buscasse um entendimento com os parlamentares.

Dias afirmou que entendimento é necessário para, no curto prazo que o grupo tem, conseguir aprovar a PEC e as alterações orçamentárias.

A PEC da Transição é considerada necessária para garantir a continuidade do benefício mínimo de R$ 600 do Bolsa Família a partir de janeiro. A despesa para assegurar esse valor chega a R$ 157 bilhões. O PT também promete uma parcela extra de R$ 150 por criança de até seis anos no programa social, ao custo de R$ 18 bilhões.

ESTUDO

Piso da enfermagem pode levar 70% das prefeituras ao colapso

JULIO WIZIACK/FOLHAPRESS

Levantamento feito pelo Conasems (Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde) a pedido do STF (Supremo Tribunal Federal) traça um cenário apocalíptico caso o novo piso da enfermagem seja pago. Nas contas da entidade, o reajuste levará 70% dos municípios brasileiros ao descumprimento do teto de gastos com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Com o desenquadramento, os municípios não podem tomar empréstimos bancários, o que compromete a gestão de investimentos nas cidades.

Sancionada em agosto por Jair Bolsonaro (PL), a legislação prevê remuneração mínima de R$ 4.750 aos enfermeiros da rede pública e privada. No entanto, a aplicação do reajuste foi suspensa em setembro e o Supremo pediu a manifestação de cada segmento da saúde brasileira para ter um diagnóstico da situação antes de definir se libera a aplicação do piso.

A rede privada, que também sofrerá um grande impacto, alega não ter "elasticidade orçamentária". Entidades filantrópicas, que operam majoritariamente no vermelho, projetam fechamento de hospitais inteiros.

IBGE

Setor de serviços cresce 0,9% em setembro; quinta alta seguida

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O setor de serviços cresceu 0,9% em setembro e atingiu o quinto resultado positivo seguido. O ganho acumulado no período ficou em 4,9%, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor está 11,8% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e alcança o novo ponto mais alto da série histórica, superando novembro de 2014.

Se comparado a setembro de 2021, o volume de serviços subiu 9,7%, sendo a 19ª nona taxa positiva consecutiva. Nessa comparação, houve expansão em todas as cinco atividades e crescimento em 63,3% dos 166 tipos de serviços investigados. "Entre os setores, o de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (15,3%) exerceu a principal contribuição positiva sobre o volume total de serviços. Os demais avanços vieram dos serviços de informação e comunicação (6%); dos profissionais, administrativos e complementares (6,9%); dos prestados às famílias (17,8%) e de outros serviços (2,6%)", informou o IBGE.

No ano, o acumulado do volume de serviços avançou 8,6% na comparação com o mesmo período de 2021. Em 12 meses, passou de 9%, em agosto, para 8,9%, em setembro, e permaneceu com a trajetória descendente iniciada em abril de 2022, quando registrou 12,8%.

"Essa maior frequência de taxas positivas tem correlação com a volta das atividades de caráter presencial, como serviços prestados às famílias, locação de automóveis, algumas atividades turísticas e transportes de para trazerem o setor de serviços para o patamar que se encontra hoje", diz o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo. O técnico destacou ainda que a renovação da série histórica deve-se também aos "serviços voltados às empresas".

O analista acrescentou que tanto o setor de transportes quanto o de informação e comunicação estão pesando mais do que 30 pontos percentuais nos serviços e, combinados, alcançaram 65,8% do setor.

SEGMENTOS

Conforme a pesquisa, três das cinco atividades investigadas acompanharam o avanço de 0,9% do volume de serviços em setembro de 2022, comparado ao mês anterior. Entre os destaques, a de informação e comunicação teve alta de 2%, sendo o terceiro resultado positivo consecutivo, com ganho acumulado de 4,1%.

DESIGUALDADE

Renda de trabalhador branco é 75,7% maior que de pretos

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

Estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgado nesta sexta-feira mostra a cor como fator relevante na diferenciação do rendimento mensal médio dos trabalhadores no país em 2021. De acordo com o levantamento, os brancos ganham R$ 3.099 em média. Esse valor é 75,7% maior do que o registrado entre os pretos, que é de R$ 1.764. Também supera em 70,8% a renda média de R$ 1.814 dos trabalhadores pardos.

Mesmo entre pessoas com nível superior completo, persiste uma distância significativa. Nesse grupo, o rendimento médio por hora dos brancos foi cerca de 50% maior que o dos pretos e cerca de 40% superior ao dos pardos. Além disso, embora representem 53,8% dos trabalhadores do país, pretos e pardos ocuparam em 2021 apenas 29,5% dos cargos gerenciais.

Os brancos também têm sido menos afetados pelo desemprego. A taxa de desocupação em 2021 para eles é de 11,3%. Entre a população preta é de 16,5% e para a população parda, de 16,2%.

Intitulado Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, o estudo faz um cruzamento de dados extraídos de mais 12 pesquisas do próprio IBGE. Ele está em sua segunda edição. A primeira, divulgada em 2019, foi mais enxuta: indicadores sobre mercado de trabalho e distribuição de rendimento, por exemplo, não integraram o levantamento.

Ação no TCU

Randolfe questiona pressa do BNDES em transferir recursos a ministério

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) enviou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma representação em que pede que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) seja obrigado a suspender a movimentação de uma quantia bilionária para cumprir acordo firmado com o Ministério da Economia.

O parlamentar questiona a celeridade dada à operação e também a fonte de extração dos recursos.

O acordo entre o banco e a pasta chefiada por Paulo Guedes envolve o pagamento de uma dívida de R$ 45 bilhões à União. Pela tratativa, a quantia deve ser devolvida até o dia 30 deste mês.

O pagamento atende a decisão do TCU, que considerou irregulares uma série de empréstimos feitos entre os anos de 2008 e de 2015 a bancos públicos federais -e, por isso, requisitou a devolução.

Desde o fim do ano passado, o BNDES vinha travando uma queda de braço com o governo federal na tentativa de retardar a devolução do saldo restante. Em setembro deste ano, a corte de contas determinou que o banco cumpra um cronograma mais rápido de devolução dos recursos.

O BNDES recorreu, alegando que a restituição mais veloz dos valores obrigaria a instituição a captar recursos no mercado (a uma taxa de juros maior) ou a vender ações de empresas que estão na carteira do BNDESPar, braço de participações da instituição.

Prevaleceu a redução do capital social do BNDESPar, avaliada em R$ 40 bilhões.

Para o senador Randolfe Rodrigues, porém, a operação em favor do BNDES pode apresentar irregularidades.

O parlamentar questiona o fato de o acordo feito com o Ministério da Economia prever o repasse de recursos ainda neste mês, em prazo inferior aos 60 dias estipulados para a redução do capital social.

"A devolução, seja pela via normal, seja pela antecipação, deveria respeitar o prazo estabelecido para a execução da política pública", diz ele.

ICEI

Confiança do empresário industrial recua pelo segundo mês consecutivo

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) recuou 8,5 pontos entre outubro e novembro de 2022 e está em 51,7 pontos. É o segundo mês consecutivo de piora da confiança, após sucessivos avanços de otimismo do setor industrial ao longo do ano. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Apesar da forte queda, os empresários da indústria seguem confiantes, pois o indicador permanece acima da linha divisória de 50 pontos, que separa um estado de confiança de um estado de falta de confiança.

Segundo a CNI, a piora foi mais intensa quando se avalia o futuro da economia nos próximos seis meses. O Índice de Expectativas, um dos dois componentes do Icei, caiu de 59,3 pontos para 45,9 pontos, atravessando a linha divisória dos 50 pontos. "Nesse caso, o setor industrial migrou do otimismo ao pessimismo", explica a CNI.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 29º 18º 65% 05:13 18:28 **PRIMAVERA:** Aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Moraes manda PRF e PM desbloquearem vias públicas

CONSTANÇA REZENDE/FOLHAPRESS

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes determinou que a Polícia Federal, a PRF (Polícia Rodoviária Federal) e as Polícias Militares dos estados adotem medidas imediatas para a desobstrução de vias públicas bloqueadas por manifestantes bolsonaristas em protestos antidemocráticos.

Moraes também pediu às forças de segurança que identifiquem os veículos responsáveis por estas ações e que seja aplicada multa de R$ 100 mil por hora aos responsáveis.

A decisão foi tomada nesta sexta-feira. Nos bastidores do Poder Judiciário, soou como uma resposta de Moraes à nota conjunta emitida por comandantes de Marinha, Exército e Aeronáutica que trouxe recados indiretos sobre decisões do ministro.

Moraes também determinou que sejam mapeadas empresas e pessoas que descumprirem a decisão e que fornecerem apoio material (logístico e financeiro) a manifestantes que permanecem nos bloqueios em locais públicos.

"A persistência de atos criminosos e antidemocráticos em todo país, contrários à democracia, ao Estado de Direito, às Instituições e à proclamação do resultado das Eleições Gerais de 2022 pelo Tribunal Superior Eleitoral, recomenda a extensão da decisão cautelar a quaisquer fatos dessa natureza em curso em todo o território nacional", diz a decisão.

O ministro já havia tomado medidas semelhantes, desde quando começaram as manifestações que não aceitam o resultado das eleições e pedem a intervenção das Forças Armadas. Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) estão reunidos em frente a quartéis, em protesto contra a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Bolsonaristas e setores militares têm se incomodado e tratado como censura as decisões do ministro, que também preside o TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Nesta semana, Moraes já havia ordenado que Polícia Federal, PRF (Polícia Rodoviária Federal) e a Polícia Militar desobstruíssem vias fechadas no Distrito Federal por manifestantes bolsonaristas em protestos antidemocráticos.

A decisão foi divulgada na última quinta-feira, diante das notícias de que 115 caminhões estariam se deslocando para Brasília para reforçar as manifestações. Os bloqueios em rodovias federais no restante do país já foram liberados, segundo a PRF.

FORÇAS ARMADAS

Gleisi reage a comandantes: não cabe a eles opinar sobre processo político

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (**foto**), reagiu nesta sexta-feira à nota dos comandantes das Forças Armadas em que mandam uma série de recados ao Poder Judiciário.

"Não é papel dos comandantes militares opinar sobre o processo político, muito menos sobre a atuação das instituições republicanas. O direito de manifestação não se aplica a atos contra a democracia, que devem ser tratados pelo nome: golpismo. E combatidos, ñ são pacíficos nem ordeiros" (sic), escreveu em rede social.

Em nota conjunta nesta sexta-feira, os comandantes de Marinha, Exército e Aeronáutica trataram dos atos antidemocráticos pelo país que pedem um golpe militar após a derrota do presidente Jair Bolsonaro (PL) para o petista Luiz Inácio Lula da Silva. A nota, porém, é recheada de recados indiretos ao Judiciário.

ANTONIO CRUZ/ABRASIL

"São condenáveis tanto eventuais restrições a direitos, por parte de agentes públicos, quanto eventuais excessos cometidos em manifestações que possam restringir os direitos individuais e coletivos ou colocar em risco a segurança pública; bem como quaisquer ações, de indivíduos ou de entidades, públicas ou privadas, que alimentem a desarmonia na sociedade", afirmam em nota.

A nota é assinada pelo almirante Almir Garnier Santos (Marinha), pelo general Marco Antônio Freire Gomes (Exército) e pelo tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior (Aeronáutica).

Na nota, não fica claro a quem eles se referem quando condenam "restrições a direitos por parte de agentes públicos". Bolsonaristas e setores militares têm se incomodado e tratado como censura recentes decisões do ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Apoiadores do presidente Bolsonaro estão reunidos em frente a quartéis desde o fim do segundo turno, em protesto contra a vitória de Lula. Os atos antidemocráticos pedem intervenção das Forças Armadas contra o resultado eleitoral.

PANDEMIA

Mais de 69 milhões não tomaram 1ª dose de reforço contra Covid-19

Mais de 69 milhões de brasileiros ainda não voltaram aos postos para receber a primeira dose de reforço da vacina contra Covid-19, segundo dados do Programa Nacional de Imunizações (PNI). De acordo com Ministério da Saúde, 32,8 milhões de pessoas poderiam ter recebido a segunda dose de reforço contra a doença, mas ainda não se vacinaram. Os imunizantes estão disponíveis em mais de 38 mil postos de vacinação em todo o país.

Segundo a pasta, estudos mostram que a estratégia de reforçar o calendário vacinal contra o novo coronavírus aumenta em mais de cinco vezes a proteção contra casos graves e óbitos pela Covid-19.

DOSES DE REFORÇO

A primeira dose de reforço é recomendada para pessoas com mais de 12 anos de idade e deve ser aplicada quatro meses depois da segunda dose ou dose única. No momento, a segunda dose de reforço é recomendada para a população acima de 40 anos de idade e trabalhadores da saúde, independentemente da idade.

IMUNIZANTES

As vacinas recomendadas para as doses de reforço são dos fabricantes Pfizer, AstraZeneca ou Janssen, que podem ser utilizadas para pessoas com 18 anos de idade ou mais. Para os adolescentes entre 12 e 17 anos, preferencialmente deve ser utilizada a vacina Pfizer. Caso não esteja disponível, pode ser utilizada a vacina CoronaVac na dose de reforço.

Para quem começou o esquema vacinal com a dose única da Janssen, a recomendação é diferente das demais, com três reforços para pessoas com idade igual ou maior que 40 anos e dois reforços para pessoas de 18 a 39 anos.

O primeiro reforço é aplicado dois meses após o início do ciclo; e os outros devem obedecer ao intervalo de quatro meses. A orientação é que também sejam utilizadas as vacinas AstraZeneca, Pfizer ou a própria Janssen para as doses de reforço.

RJ registra 2 mil casos de Covid-19 diariamente

A cidade do Rio de Janeiro registrou nesta semana cerca de 2 mil casos de Covid-19 por dia, e as internações decorrentes da doença mais que triplicaram em quatro dias. As informações foram dadas pelo secretário municipal de Saúde, Daniel Soran.

Segundo ele, a cidade dispõe de 286 unidades de saúde responsáveis pelos testes diagnósticos, que chegaram a 10 mil em um único dia. A taxa de positividade, que estava em 6% na segunda semana de outubro, pulou para 29% nesta semana.

"Tivemos um aumento muito expressivo no número de casos nas duas últimas semanas. Nos dois últimos dias, identificamos quase 2 mil casos diariamente, com a realização de mais de 10 mil testes num único dia, e o índice de positividade vem subindo. Então, nesse momento, ainda não temos nenhum aumento de casos parecido com o que registramos no passado, mas é significativo e coloca todo o sistema em alerta".

De acordo com Soranz, a Secretaria Municipal de Saúde avalia, no momento, se há necessidade de mobilizar locais especiais para testagem, como ocorreu em janeiro com o pico da variante Ômicron do Sars-CoV-2. Na época, a cidade chegou a fazer mais de 330 mil testes em uma única semana e teve média móvel acima de 20 mil casos confirmados por dia.

DRAUZIO

O médico oncologista Drauzio Varella disse ser a favor da retomada do uso de máscaras em espaços fechados para conter o recente avanço do coronavírus.

Segundo ele, "não custa nada" colocar uma máscara se você for, por exemplo, pegar um avião para um voo prolongado ou então circular em espaços fechados. "Fui a Fortaleza na segunda e era o único de máscara no avião. Pô, custa colocar uma máscara em um voo de três horas?", critica.

"Os casos estão aumentando, o vírus está circulando novamente, e nós paramos muito cedo de usar máscaras em ambientes fechados", disse o médico, que também é colunista da Folha.

UNIVERSIDADE

Unicamp retoma uso obrigatório de máscara contra Covid-19

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) tornou novamente obrigatório o uso de máscara em ambientes fechados dos campi da instituição.

Em nota, o Comitê Científico de Contingenciamento do Coronavírus aponta que identificou aumento no número de pessoas com sintomas respiratórios e testes diagnósticos positivos para Covid-19 nas últimas duas semanas na universidade. O grupo também destaca que não houve crescimento, na mesma proporção, no número de casos graves.

Além do uso de máscaras cirúrgicas ou do tipo PFF2 em toda a área da saúde e em ambientes fechados, foi recomendado aos usuários que façam refeições mais rápidas, "com o mínimo de diálogo possível entre os frequentadores dos restaurantes universitários e cantinas".

Orienta ainda que devem ser evitadas aglomerações, como festas ou eventos de grandes proporções. Entre as medidas sanitárias, o comitê indica a lavagem frequente das mãos com água e sabão ou higienização com álcool 70%.

A Unicamp exige o esquema vacinal completo, inclusive com as doses de reforço para maiores de 18 anos. Os usuários dos campi devem cadastrar os dados da vacinação nos sistemas da universidade. Quem tiver doses pendentes, pode procurar o Centro de Saúde da Comunidade, ligado à instituição, das 8h30 às 17h30, com agendamento prévio.

O comitê optou pela continuidade das aulas presenciais, "com o auxílio dos robôs educacionais para a inclusão de estudantes afastados por suspeita de ou com covid-19 confirmada". Pessoas com sintomas respiratórios não devem ir para o campus.

HISTÓRICO

O uso de máscara como medida de prevenção para a covid-19 havia deixado de ser obrigatório em 20 de setembro.

À época, a universidade informou que o uso era facultativo nos ambientes internos dos campi e dos colégios técnicos, como salas de aula e setores administrativos.

Nas áreas de saúde, contudo, como hospitais, ambulatórios, consultórios e postos de saúde, o uso seguiu obrigatório.

A universidade seguiu recomendando o uso da proteção para aqueles com 60 anos ou mais, portadores de comorbidades e imunossuprimidos.

ESTADO

Frente a uma alta de casos de Covid no país e principalmente no estado de São Paulo, o secretário de Ciência, Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde, David Uip, emitiu alerta na quinta-feira passada recomendando o retorno do uso de máscara em locais de alto risco e por pessoas vulneráveis, como idosos e imunossuprimidos.

A recomendação, de acordo com o infectologista, não é equivalente à volta da obrigatoriedade, que só poderia ser determinada por meio de decreto do governador do estado, Rodrigo Garcia (PSDB).

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da **Canal Companhia de Securitização**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora", respectivamente) e a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em Assembleia Geral dos Titulares dos CRA ("AGT"), a ser realizada em 1ª (Primeira) Convocação, nos termos da Cláusula 12 do Termo de Securitização da Emissão, celebrado em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no dia **30 de novembro de 2022, às 10:00 horas**, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizadora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM 60, sendo a AGT realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para, nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A prorrogação do prazo para recebimento da comprovação do registro no Cartório de Títulos e Documentos de Lucas do Rio Verde do Primeiro Aditamentos das Cédulas de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 01/2022, 02/2022 e 03/2022 ("CPR-Fs"), para 31 de dezembro de 2022; (ii) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento das obrigações não pecuniárias descritas nas Cláusulas 5.1 (xxv) e 14.1 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças ("Cessão Fiduciária"), afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2., (i) e (viii) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização, tendo em vista o não recebimento de cópia da notificação enviada pelo Emitente as contrapartes dos contratos mercantis, informando que os direitos creditórios foram cedidos fiduciariamente para a Securitizadora, com a concessão de um prazo adicional para o cumprimento de tal obrigação até 01 de dezembro de 2022; (iii) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento das obrigações não pecuniárias descritas nas Cláusulas 3.1 (i) e 14.2 da Cessão Fiduciária, bem como do descumprimento das obrigações não pecuniárias descritas nas Cláusulas 7.2 (ii) e (vii) das CPR-Fs, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização, tendo em vista o *Waiver* pelo não recebimento até 21 de setembro de 2022 e postergação do prazo para até 20 de novembro de 2022, dos Contratos Mercantis que serão cedidos, em caráter fiduciário, em favor da Securitizadora, que foram devidamente apresentados em 08 de novembro de 2022; (iv) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento das obrigações não pecuniárias descritas nas Cláusulas 6.5.1. do Termo e Securitização e 4.6.3 da Cessão Fiduciária, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização, tendo em vista a não realização do cálculo do Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, ante ao não recebimento dos Contratos Mercantis; (v) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária descrita na Cláusula 5.1 (vii) da Cessão Fiduciária, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização, pela ausência de notificação ao Banco Arrecadador sobre a Cessão Fiduciária da Conta Vinculada; (vi) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária descrita na Cláusula 10.2, (xx), (a) das CPR-Fs, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização, pela ausência de recebimento das informações financeiras semestrais gerenciais completas individuais e combinadas relativas ao segundo semestre de 2022 e combinadas relativas ao respectivo semestre, preparados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil; (vii) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao envio, no segundo semestre de 2022, de declaração do Emitente atestando: (1) que permanecem válidas as disposições contidas nas CPRs; (2) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante a Securitizadora; (3) o cumprimento das obrigações assumidas nas CPRs, ficando a exclusivo critério da Securitizadora e/ou do Agente Fiduciário, a solicitação de novos documentos/certidões ao Emitente, para comprovar o quanto disposto na referida declaração, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização; (viii) A concessão de um *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária referente ao envio da procuração assinada constante do Anexo IV da Cessão Fiduciária, afastando assim o Evento de Vencimento Antecipado Não Automático previsto na Cláusula 7.2 (i) da CPR-F e o Evento de Resgate Antecipado Obrigatório previsto na Cláusula 7.3. do termo de Securitização; (ix) A exclusão da obrigação de entregar, anualmente, a partir de fechamento do ano-safra de 2022/2023, até a data de 31 de dezembro de cada ano calendário, relatório de auditoria a ser elaborado por auditor independente com registro perante a CVM juntamente com as demonstrações financeiras da São Vicente Agropecuária, do Emitente e dos Avalistas pessoas físicas, assim como das declarações de imposto de renda do Emitente e dos Avalistas pessoas físicas, prevista na Cláusula 10.2, (xxviii) da CPR-F nº 2/2022. A exclusão será refletida por meio de aditamento à CPR nº 2/2022 até 31 de dezembro de 2023; (x) A exclusão da Cláusula 7.1 (vi) das CPR-Fs, por não haver Índice de Subordinação, o qual será refletido por meio de aditamento às CPR-Fs até 31 de dezembro de 2023; (xi) A alteração na Cláusula 11.23 do Termo de Securitização, para que conste a seguinte redação: *"11.23 Em caso de inadimplemento, pelo Devedor, de reestruturação das condições da operação ou em caso de necessidade de elaboração de aditivos aos Documentos Comprobatórios, Documentos da Oferta e/ou de realização de assembleias gerais extraordinárias dos Titulares dos CRA, será devida ao Agente Fiduciário e a Emissora uma remuneração adicional equivalente a R$600,00 (seiscentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão, incluindo, mas não se limitando, (i) a execução das garantias, (ii) ao comparecimento em reuniões formais ou conferências telefônicas com a Emissora, os Titulares dos CRA ou demais partes da Emissão, inclusive respectivas assembleias; (iii) a análise e/ou confecção de eventuais aditamentos aos Documentos da Oferta, atas de assembleia e/ou quaisquer documentos necessários ao disposto no item seguinte; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, remuneração esta a ser paga no prazo de 10 (dez) dias após a conferência e aprovação pela Emissora do respectivo "Relatório de Horas".* (xii) Ajustar a numeração das subcláusulas da Cláusula 12 do Termo de Securitização, considerando que, por um erro material, as subcláusulas foram numeradas equivocadamente. (xiii) A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, se aprovados. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para os e-mails corporate@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRA Vendruscolo", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observado a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 d Termo de Securitização, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizadora (http://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 10 de novembro de 2022. **Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição

PRIMAVERA: Muitas nuvens durante o dia. Chuva a qualquer hora. Manhã Tarde Noite 30º 20º 85% 05:02 18:13

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Uma gestão difícil

O Ministério da Educação, no atual governo, teve de tudo. Foram cinco ocupantes, trocados de tempos em tempos por motivos os mais variados, inclusive indesculpáveis razões morais, que marcaram especialmente as ações do seu Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. É claro que a pandemia agravou esse quadro, com escolas fechadas e drástica redução nos orçamentos públicos.

O orçamento para a educação básica na pandemia foi o menor em dez anos. Houve queda generalizada no aprendizado, especialmente no ciclo da alfabetização. Para se ter ideia de como aconteceram as coisas neste Governo basta lembrar que o MEC terminou o ano de 2021 com apenas 101 milhões de reais destinados a obras de creches em prefeituras, o que representa uma queda de 80% em relação a 2018. O país deveria matricular 2,2 milhões de crianças de até 3 anos até 2024, metade em creches. Mas no andar da carruagem isso não vai acontecer nem por milagre.

Há uma forte e lamentável ingerência política nas ações do Ministério, inviabilizando o chamado PAR(Plano de Ações Articuladas). Nem protegendo prefeituras amigas, muitas vezes orientadas por pastores aliados, portanto abrindo mão de critérios técnicos, será possível reverter esse quadro lamentável, como há muito não se via na cena brasileira.

Há um projeto de compra de Kits de robótica em cidades com deficiência de infraestrutura, mas isso tem uma forte paralisação assinalada, o que marca o futuro com uma triste perspectiva. Se juntarmos a isso o que se deixa de fazer no uso da internet em educação, com resultados pífios, aí está um quadro pouco animador, a que se deve agregar a perspectiva de cortes no orçamento de 2023. Como é que vai trabalhar o novo Ministro da Educação, escolhido nas articulações que hoje são feitas em Brasília, no Centro Cultural do Banco do Brasil? Há grandes nomes em cogitação, mas sem recursos necessários.

Polêmicas ideológicas não levam a nada. O que o MEC deve elaborar é uma política de alto nível de recuperação, especialmente junto aos municípios, muitos deles debilitados por uma pandemia avassaladora. Se isso não for considerado de forma prioritária, dificilmente a educação ajudará o Governo Lula a cumprir com os seus elevados propósitos.

TERMOMACAÉ S.A
CNPJ: 02.290.787/0001-07
Concessão de Licença: Termomacaé S.A torna público que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação nº IN052950, para usina termelétrica a gás natural, em ciclo aberto, por meio de 20 (vinte) unidades geradoras, com potência nominal total de 922MW, na Rodovia BR 101, KM 164 - Fazenda Severina - Barra de Macaé - município Macaé - RJ, com validade até 26 de setembro de 2028. (Processo nº: E-07/200992/2006).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA — MINISTÉRIO DA SAÚDE — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2022
O Pregoeiro Luis Paulo Lopes Venancio convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 76/2022 no dia 28/11/2022 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos e insumos para a saúde (ERITROMICINA SUSPENSAO 50MG/ML - FRASCO 60 ML; ERTAPENEM SODICO, 1 G, F/A – INJETAVEL; FLUCONAZOL 150 MG - CAPSULA e etc.) Processo nº. 33409.004235/2022-51. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

CASA & VÍDEO BRASIL S.A.
CNPJ/ME nº 11.114.284/0001-63 - NIRE 33.3.0029.179-2
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASA & VÍDEO BRASIL S.A., REALIZADA EM 07/11/22: I. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 07/11/22, às 11:00 horas, na sede da Casa & Vídeo Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do RJ, Estado do RJ, na Rua da Assembleia, nº 100, 7º, 8º e 9º andares (Edifício City Tower), salas 701, 801 e 901, Centro, CEP 20011-904. **II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **III. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Marcos Duarte Santos, Presidente, tendo o Sr. Alessandro Luis Faria Maciel, como Secretário. **IV. ORDEM DO DIA: i)** Retificar a "Ordem do Dia" constante na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25.10.2022 (RCA de 25.10.2022); **ii)** Retificar a deliberação "i" aprovada na RCA de 25.10.2022; e **iii)** Ratificar todas as aprovações deliberadas na RCA de 25.10.2022. **V. DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes aprovaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições: **i)** Retificar a "Ordem do Dia" constante na ata da RCA de 25.10.2022, por ter constado, equivocadamente, no item "**i**", a expressão "segunda emissão de notas comerciais escriturais", quando o correto seria "terceira emissão de notas comerciais escriturais", passando, portanto, este tópico a ter a seguinte nova redação: *"**IV. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito das matérias contidas no art. 18 do Estatuto Social da Companhia: (i) aprovação ou não da terceira emissão de notas comerciais escriturais para colocação privada, a serem subscritas e integralizadas pelo Banco Votorantim S.A., com o objetivo de resgatar antecipadamente a totalidade das notas comerciais escriturais da primeira emissão da Companhia ("Notas Comerciais Primeira Emissão); e (ii) autorizar ou não a Diretoria a adotar todas as providências necessárias à implementação das deliberações anteriores."* **ii)** Retificar a deliberação "i" aprovada na RCA de 25.10.2022, por ter constado, equivocadamente "segunda emissão de notas comerciais escriturais", quando o correto seria "terceira emissão de notas comerciais escriturais", passando, portanto, essa deliberação a ter a seguinte nova redação: *"(i) Aprovar a terceira emissão de notas comerciais escriturais para colocação privada, a serem subscritas e integralizadas pelo Banco Votorantim S.A, no valor de até R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com o objetivo de destinar os recursos captados por tal emissão para o resgate antecipado total das Notas Comerciais Primeira Emissão, conforme material apresentado na reunião e arquivado na sede da Companhia, e, ainda, celebrar todos os contratos relacionados a esta operação."* **iii)** Ratificar todas as aprovações deliberadas na RCA de 25.10.2022. **VI. LAVRATURA DA ATA:** Autorizada a lavratura da presente ata de Reunião do Conselho de Administração na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei 6.404. **VII. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião e a presente ata foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: Marcos Duarte Santos – Presidente; e Alessandro Luis Faria Maciel – Secretário. **Conselheiros presentes**: Marcos Duarte Santos, Cláudio José Carvalho de Andrade, Bernardo Vieira Hees e Gerard Peter Scheij. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. RJ, 07/11/22. **Alessandro Luis Faria Maciel** - Secretário da Mesa. Jucerja nº 5169948 em 10/11/22.

Colômbia

Petro: diálogo entre ditadura da Venezuela e oposição será retomado

SYLVIA COLOMBO/FOLHAPRESS

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, anunciou nesta sexta-feira, em Paris, que a mesa de negociações entre a ditadura da Venezuela e a oposição deve ser reativada nos próximos meses.

O líder esquerdista falou após uma reunião na qual também estavam o chanceler colombiano Alvaro Leyva, o presidente e o chanceler da Argentina, Alberto Fernández e Santiago Cafiero, o líder da Assembleia Nacional chavista, Jorge Rodríguez, o negociador opositor Gerardo Blyde e uma representante do governo da Noruega –país que vinha participando como garantidor dos diálogos no México.

Em declaração a jornalistas, Petro afirmou que defendeu a anistia de "todos os presos políticos" do país vizinho e o "desbloqueio da economia venezuelana", referindo-se ao fim das sanções internacionais impostas ao regime.

Sob o esquerdista, a Colômbia retomou as relações diplomáticas com a Venezuela. No começo do mês o político se encontrou com o ditador Nicolás Maduro em Caracas, quando defendeu a necessidade de integração e do fortalecimento regional.

Segundo Petro disse nesta sexta, também foi discutida no encontro a realização um pleito livre no país em 2024, data que consta do calendário eleitoral do país. A ditadura ainda não confirmou o processo, mas vem acenando com a possibilidade dele sob um acordo com a oposição -uma das condições impostas para isso seria o alívio de parte das sanções contra o país.

"A anistia seria para todos aqueles que estejam presos por razões políticas. A negociação no México deve levar a garantias de que todos possam participar do pleito, se assim o desejarem", disse o presidente colombiano, que está na capital francesa para o Fórum Mundial da Paz.

Ainda segundo o colombiano, Blyde teria insistido na defesa de garantias e na observação atenta de atores internacionais sobre os processos em Caracas e no México. Também citou a necessidade de uma desescalada na perseguição a opositores e de respeito às recomendações do sistema interamericano de direitos humanos.

Os demais participantes da reunião de Paris, porém, ainda não se pronunciaram sobre os termos propostos por Petro. Tampouco houve assinatura de um documento ratificando os termos da negociação.

Nicolás Maduro vem experimentando uma fase de certa recuperação de sua imagem, ante o desgaste da oposição –fraturada sob a liderança de Juan Guaidó- e a indicação, manifestada por governos do Ocidente a exemplo do americano e do francês, da necessidade de recorrer à produção de petróleo do país num momento de crise energética desencadeada pela Guerra da Ucrânia.

Japão

Ministro renuncia após piada sobre pena de morte

O ministro da Justiça do Japão, Yasuhiro Hanashim, renunciou nesta sexta-feira ao cargo após relatos de que ele teria feito uma piada sobre pena de morte no país. Esses relatos são de que ele disse que seu cargo "low-profile" (expressão em inglês usada para se referir a pessoas discretas) só rendia coberturas da imprensa se ele aprovasse esse tipo de punição.

A renúncia de Hanashi é mais um revés para o governo do primeiro-ministro Fumio Kishida, que já enfrenta uma queda nos índices de aprovação.

A saída também ocorre apenas algumas semanas após o ministro da Revitalização Econômica, Daishiro Yamagiwa, deixar o governo após se tornar alvo de julgamentos por vínculos com um grupo religioso da Igreja da Unificação.

Segundo os relatos a respeito de Hanashi, o ministro teria dito em uma festa com legisladores esta semana que seu trabalho era "um cargo que só faz manchetes nas notícias do meio-dia depois de dar o selo de aprovação para a pena de morte pela manhã".

O Japão é um dos poucos países desenvolvidos a manter a pena de morte, e o apoio público à pena continua alto, apesar das críticas internacionais.

TERMOMACAÉ LTDA
CNPJ: 02.290.787/0001-07
Auditoria Ambiental: Termomacaé Ltda, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente–INEA, em 05/10//2022, Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2022 para operar usina termelétrica a gás natural – UTE TERMOMACAE e informa que este estará à disposição para consulta na BR 101, KM 164-Fazenda Severina–Barra de Macaé no Município de Macaé, no período de 14/11/2022 a 18/112022, no horário das 9h 30 às 16h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/200992/2006).

EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S.A.
CNPJ Nº 33.247.271/0001-03 - NIRE Nº 33300031324
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Companhia na Boulevard 28 de Setembro, nº 62, sala 203, Vila Isabel, Rio de Janeiro, RJ, às onze horas do dia 21 de novembro de 2022, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Eleição dos membros da Diretoria, fixando mandato e remuneração. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2022. Renato Ribeiro Abreu – Diretor Presidente.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA — MINISTÉRIO DA SAÚDE — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2022
A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 64/2022 no dia 28/11/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de Materiais de Laboratório - Imunologia (REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGG; REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI CITOMEGALOVÍRUS IGM; REAGENTE PARA DOSAGEM DE ANTI HBC TOTAL e etc). Processo nº. 33409.010753/2021-22. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA — MINISTÉRIO DA SAÚDE — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2022
O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 61/2022 no dia 28/11/2022 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos e Insumos para a saúde (MORFINA, SULFATO 10MG/ML INJETAVEL, AMPOLA 1 ML; MORFINA, SULFATO 10MG COMPRIMIDO; NALBUFINA, CLORIDRATO 10 MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1ML e etc.) Processo nº. 33409.004046/2022-88. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

EDITAL DE VENDA DE EMBARCAÇÕES COM DESTINO PARA SUCATA Nº 001/2022
A empresa Astromaritima Navegação S/A, sociedade anônima fechada, CNPJ: 42.487.983/0001-82, com sede na Rua Francisco Eugênio, 268 – Sala 901 – São Cristóvão Rio de Janeiro - RJ – Brasil CEP 20941-120, mediante utilização de tecnologia da informação, realizará a presente venda de embarcações com destino para sucata – leilão. **Objeto: Venda de embarcações com destino para sucata.** O Leilão será realizado em 02 lotes, conforme descritos a seguir: • **Lote A:** Leilão da embarcação Astro Arraia com destino para sucata - Data: 29/11/2022 às 10:00 h (horário de Brasília) - Local: Plataforma microsoft teams; **Lote B:** Leilão da embarcação Astro Guaricema com destino para sucata - Data: 29/11/2022 às 15:00 h (horário de Brasília) - Local: Plataforma microsoft teams. **1. Condições de Participação:** As empresas interessadas em participar do leilão deverão solicitar o seu cadastro através do e-mail: leilao@astromaritima.com.br até o dia 28/11/2022, juntamente com os documentos listados abaixo: a. Formulário de cadastro de empresa participante; b. Atestado de visita técnica (não é obrigatória a visita) ou Declaração de declínio de visita técnica; c. Estatuto Social ou Contrato Social; d. Cartão do CNPJ; e. Procuração da empresa, se necessário; f. Declaração de aceitação deste edital. **2. Visita Técnica:** As embarcações estarão disponíveis para visitação de 21/11/2022 a 25/11/2022, no Estaleiro Ilha S/A – EISA – Rua Praia da Rosa, 02 - Bancários, Rio de Janeiro - RJ, 21920-135. As empresas que desejarem agendar a visita técnica, deverão enviar e-mail para leilao@astromaritima.com.br com até 02 (dois) úteis da data da visita, com os seguintes documentos: a. Procuração da empresa, se necessário; b. RG; c. CPF. Na data da visita a Astromarítima irá entregar o atestado de visita técnica ao representante da empresa. Caso a empresa participante não deseje realizar a visita técnica ela deverá enviar a "Declaração de Declínio de Visita Técnica" juntamente com a solicitação de cadastro. **3. Esclarecimentos:** As empresas participantes poderão enviar solicitação de esclarecimentos até 25/11/2022 para o e-mail: leilao@astromaritima.com.br. **4. Considerações para elaboração de propostas:** O leilão será iniciado no valor de mínimo de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) por cada embarcação. As empresas deverão considerar na formação do seu preço todas as despesas e custos, diretos e indiretos considerando a retirada da embarcação do local até o destino final para sucata. A empresa vencedora será responsável por todos os custos inerentes à retirada da embarcação do estaleiro EISA até o efetivo corte e venda para sucata tais como: reboque, plano de reboque, deslocamento, combustível, mão de obra e serviços no corte das embarcações, licença ambiental e autorizações junto aos orgãos competentes, se necessário. A empresa vencedora é a única responsável pelas informações e pelo preço a ser ofertado. Não caberá qualquer reinvidicação das empresas para redução do preço em virtude de possíveis equivocos cometidos no envio das propostas. **5. Envio das Propostas:** As empresas participantes deverão enviar as suas propostas iniciais, assinadas eletrônicamente, **até às 12:00h do dia 28/11/2022** para o e-mail: leilao@astromaritima.com.br. As propostas deverão ser expressas em moeda nacional R$ (Reais). Em caso de divergência será considerado o valor escrito por extenso. Os valores das propostas devem respeitar o valor mínimo de cada lote de embarcação. **6. Disputa Aberta (leilão eletrônico):** O leilão será realizado no dia 29/11/2022 . Cada empresa participante receberá antes da data prevista da disputa aberta, instruções para entrar na plataforma microsoft teams. As empresas participantes deverão entrar na plataforma pelo menos 05 minutos antes do início do leilão. O pregoeiro irá iniciar a sessão informando os valores das propostas iniciais de cada empresa. Após iniciada a sessão, as empresas deverão utilizar o chat para dar seus lances, que serão registrados pelo Pregoeiro. Os lances deverão ser expressos em moeda nacional R$ (Reais). O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R$ 10.000 (Dez mil reais). Não será considerada a figura do empate. E em eventuais lances iguais, serão classificados respeitando a ordem de apresentação, ou seja, quem apresentou o lance primeiro. Será consagrada vencedora a empresa que apresentar o maior preço durante o leilão. Após encerrado o leilão, o pregoeiro irá informar a empresa que apresentou a melhor oferta. A empresa vencedora deverá enviar proposta formal, assinada eletrônicamente, com o valor indicado no leilão para: leilao@astromaritima.com.br. **7. Formalização do Contrato:** A minuta do contrato de compra e venda de sucata será enviado à empresa vencedora. Após será agendada reunião para acertos finais ao contrato de compra e venda. **8. Pagamento:** O comprador deverá pagar 10% do valor em até 03 (três) dias úteis após a data do Leilão e da declaração do vencedor. O saldo restante 90 % deverá ser pago em até um dia útil antes da entrega da embarcação para o comprador pela Astromarítima Navegação. **9. Anexos:** Anexo 1 – Formulário de Cadastro de empresa; Anexo 2 – Atestado de visita técnica; Anexo 3 – Declaração de Declínio de Visita Técnica; Anexo 4 – Especificação Técnica das Embarcações.

Julgamento

Agressões causaram transtornos em Flordelis

Convocado pela defesa de Flordelis dos Santos de Souza, a psiquiatra forense Hewdy Lobo Ribeiro afirmou que a pastora e ex-deputada desenvolveu transtornos mentais devido a agressões físicas que supostamente sofria do marido, Anderson do Carmo, assassinado em 2019. O médico foi ouvido no Tribunal do Júri em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro, nesta sexta-feira, como assistente técnico da defesa. Flordelis é julgada desde o último dia 7 sob acusação de ser a mandante da morte, o que ela nega. O médico analisou se ela, a filha Marzy Teixeira e a neta Rayane dos Santos tinham perfil correspondente com os crimes pelos quais são acusadas. Além delas estão no banco dos réus por envolvimento na morte do pastor Simone dos Santos e André Luiz Oliveira, filhos da ex-parlamentar.

Lobo disse que entrevistou as três no hospital penal psiquiátrico Roberto Medeiros, no Complexo de Gericinó, na zona oeste do Rio. Segundo ele, foi avaliado em cada uma das rés se havia indícios de doenças mentais, dependência e transtornos de personalidade. Também foi aplicada a escala Hare, teste de diagnóstico para psicopatia. O psiquiatra afirmou ter ouvido relatos de Flordelis de que sofreu violência física do marido no início do relacionamento. "Ela relatou que ficou sem sofrer agressões por um período, mas ele voltou a agredi-la, principalmente durante o sexo, com prática de sufocamento. E que acordou por várias vezes com Anderson praticando atos sexuais com ela sem consentimento", afirmou.

Em seu relatório de diagnóstico psiquiátrico sobre Flordelis, Hewdy Lobo Ribeiro listou: "transtorno depressivo-grave, com um episódio de tentativa de suicídio; transtorno mental orgânico, quando o indivíduo tem expressões, sintomas e vivências emocionais em decorrências de problemas físicos graves; transtorno de estresse crônico, por ter sido agredida fisicamente e também sufocada durante relações sexuais; síndrome de Estocolmo, quando o indivíduo tem grande sofrimento e grande nível de vulnerabilidade; e transtorno da personalidade dependente, característica de pessoas submetidas a situações de estresse crônico tendem a se acomodar mesmo sob intenso sofrimento".

Lobo concluiu ainda que a pastora pontuou 6 na escala Hare, que vai até 40, o que segundo ele não indicaria psicopatia. Sobre Marzy, o psiquiatra afirmou que ela lhe relatou um episódio de "tentativa de contato impróprio" do pastor. Ele indicou que Marzy possui diagnóstico de transtorno afetivo-bipolar e síndrome de maus-tratos, que seria o resultado de supostos abusos sexuais vividos dos 8 aos 16 anos. "Mas ela não apresenta características de psicopatia e não tem características correspondentes de vingança", disse. Ainda de acordo com Lobo, outra ré, Rayane afirmou que também sofreu abuso. Segundo ele, a neta da ex-deputada, afirmou que, em uma ocasião, no apartamento funcional em Brasília, ela teria acordado com Anderson tendo "contato impróprio" com ela. Rayane é filha afetiva de Simone dos Santos Rodrigues, também ré em julgamento. Filha biológica de Flordelis, Simone assumiu ser mandante da morte de Anderson do Carmo e alegou que sofreu abusos por parte do padrasto. Apesar da confissão, o Ministério Público continua considerando Flordelis a mandante do crime.